



# Congresso Nacional dos Professores

16 e 17 de maio 2025 | Fórum Lisboa

**VALORIZAÇÃO, JÁ!**

Por uma Profissão  
com Futuro  
e uma Educação  
Pública  
de Qualidade!

## Moção n.º 7

### Por uma ADSE ao serviço dos beneficiários

A ADSE é um subsistema público de saúde pago pelos trabalhadores da Administração Pública. Ao contribuir para facilitar o acesso a cuidados de saúde a mais de um milhão e trezentos mil beneficiários, tem aliviado a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde e facilitado as respostas que este tem de dar a toda a população.

Em 2024, a receita corrente da ADSE ultrapassou os 907 milhões de euros, com as comparticipações dos beneficiários a atingir os 860 milhões de euros, quase 95%.

O Estado – que é, na verdade, o patrão dos beneficiários que suportam o subsistema ADSE –, não obstante ter assumido, finalmente, a obrigação de pagar a política social relativamente aos seus trabalhadores isentos (cerca de 23 milhões de euros anuais), pouco contribui para a manutenção e reforço da ADSE. Importa dizer que os 47 milhões de euros de diferença entre a receita corrente total e as comparticipações dos beneficiários nesse mesmo ano de 2024 resultam, essencialmente, dos juros dos cerca de 1100 milhões de euros de capital da ADSE aplicados pelo Governo no ICGP e que vêm contribuindo para a tão celebrada diminuição do défice das contas públicas do Estado.

A despesa efetiva da ADSE em 2024 atingiu os 790 milhões de euros, o que permitiu um saldo em torno dos 117 milhões de euros. Convém ter em conta o impacto positivo da entrada recente dos trabalhadores com contrato individual de trabalho, após muitos anos de luta sindical, mas, tendo em conta as intenções dos últimos governos, tal impacto não irá repetir-se nos próximos anos.

Apesar do aumento anual das despesas em saúde na ordem dos 5%, não está em causa, no presente e no futuro imediato, a sustentabilidade da ADSE, mas é preciso que o Estado volte a assumir responsabilidades também neste subsistema. Aliás, é justo que assuma garantias que permitam limitar as comparticipações dos beneficiários titulares a 12 meses e reconduzi-las dos atuais 3,5% ao valor que tinham antes do período da troika.

Dando a atenção que é necessária à situação da ADSE, o 15.º Congresso Nacional dos Professores defende:

- A rigorosa manutenção da ADSE na esfera pública, garantindo-a como um direito dos trabalhadores no ativo e aposentados da Administração Pública;
- A conservação da matriz da ADSE, enquanto subsistema complementar que garante a solidariedade interprofissional e intergeracional;
- Uma gestão séria e desgovernamentalizada ao serviço dos trabalhadores no ativo e aposentados da Administração Pública.

Assim sendo, o 15.º Congresso exige que:

- O Estado, enquanto maior entidade empregadora do país, assegure as responsabilidades que lhe cabem, voltando a contribuir financeiramente para a ADSE, o que também criará condições para que os beneficiários voltem a descontar sobre 12 meses e vejam gradualmente diminuídas as contribuições mensais que tinham antes do período da troika;

- Sejam travados os sucessivos aumentos dos copagamentos suportados pelos beneficiários, nomeadamente sobre as consultas;
- Sejam criadas rapidamente as condições para que o governo permita que a ADSE use os seus recursos para assegurar os meios humanos e técnicos necessários à sua atividade, combatendo a fraude e a sobrefaturação, e contribuindo para o cumprimento atempado de reembolsos;
- O conselho diretivo da ADSE promova a diversificação de convenções, evitando a sua captura pelos grandes grupos privados da saúde e garantindo uma efetiva cobertura nacional que responda aos beneficiários em todo o território nacional;
- O conselho geral de supervisão da ADSE assuma uma expressiva capacidade de iniciativa, incluindo o contacto com os trabalhadores da Administração Pública.

No atual contexto, o 15.º Congresso Nacional dos Professores, defendendo uma ADSE ainda mais ao serviço dos beneficiários, não deixa de proclamar a centralidade do Serviço Nacional de Saúde, conquista fundamental de Abril que cabe a todos/as defender, ademais em tempos em que os ataques que sofrem são tremendos. Este compromisso de defesa do SNS é, também, um compromisso para que o 15.º Congresso mandata a FENPROF.

Lisboa, 17 de maio de 2025

O 15.º Congresso Nacional dos Professores

Proposta apresentada pelo Secretariado Nacional

## RESULTADO DA VOTAÇÃO

Abstenções: |\_|\_|\_|\_|

Contra: |\_|\_|\_|\_|

A Favor: |\_|\_|\_|\_|